



**HISTÓRIAS
QUE A
HISTÓRIA
NÃO
CONTA**

PAULO
NATHANAEL
PEREIRA DE
SOUZA

HISTÓRIAS
QUE A
HISTÓRIA
NÃO
CONTA

São Paulo
2015

Miró Editorial

Miró
EDITORIAL

Copyright © 2015, 1ª edição.
Paulo Nathanael Pereira de Souza
Copyright © 2015 Miró Editorial Ltda.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da
Língua Portuguesa, em vigor desde janeiro de 2009.

Produção editorial

Miró Editorial

Editor

Márcia Lígia Guidin

Capa

Alberto Mateus

Imagem da Capa:

Clio, musa da História [freerights]

Projeto gráfico e diagramação

Crayon Editorial

Preparação de texto

Claudia Gomes

Revisões

Cecília Madarás

Michelle Silva

Impressão e acabamento

Bartira Editora Gráfica

Para adquirir esta obra, entre em contato com:
editorial@miroeditorial.com.br
www.miroeditorial.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S717

Souza, Paulo Nathanael Pereira de
Histórias que a história não conta / Paulo Nathanael
Pereira de Souza. – 1. ed. – São Paulo : Miró Editorial, 2015.
144p.

ISBN 978-85-62381-38-6

1. História – Brasil 2. Política – Brasil. I. Título.

CDD-981.08

Bibliotecário responsável: Diego Guimarães Silva CRB8/119/2012-6

Todos os direitos reservados
Miró Editorial Ltda.

Miró
EDITORIAL

Rua Augusta, 2676, cj. 143.
CEP 01412-100 – São Paulo – SP
Tels. (55) (11) 3063-3390 / (55) (11) 3532-3342
Visite nosso site: www.miroeditorial.com.br

Para meus bisnetos
VALENTINA E EDUARDO,
que um dia vão ler este livro.

A ARNOLD FIORAVANTE
que, com fraterna amizade,
ajudou a viabilizar a edição desta obra.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| Prefácio (Ives Gandra da Silva Martins). | 13 |
| Introdução do autor | 15 |
| Personagens brasileiros | 17 |
| 1 Vanuíre: uma heroína do Oeste Paulista | 19 |
| 2 Padre José de Anchieta: santo e cientista do Brasil Colônia | 34 |
| 3 Duque de Caxias: um soldado que também foi poeta | 39 |
| 4 Osório: general do povo e centauro dos pampas . . . | 54 |
| 5 Euclides da Cunha: gênio da língua e delineador de fronteiras amazônicas | 59 |
| 6 Campos Salles: o estadista que perdeu seu patrimônio para salvar o Brasil da falência . . . | 78 |

| | | |
|----|---|------------|
| 7 | Maestro Antônio Carlos Gomes: imortalizado na arte, injustiçado na vida | 92 |
| 8 | Ruy Barbosa: um boquirroto assumido | 106 |
| 9 | Lobato e as broncas epistolares | 110 |
| 10 | Guilherme de Almeida: um modernista que nunca deixou de ser clássico. | 119 |
| 11 | Cícillo Matarazzo, meu amigo | 132 |
| 12 | Três poetas imortais: Abgar, Setúbal e Menotti . . . | 142 |
| 13 | Cassiano e sua contribuição ao Modernismo brasileiro | 156 |
| | Um personagem estrangeiro | 161 |
| 14 | Francis Bacon: As contradições de um gênio inglês | 163 |
| | Pós-fácio (Arnaldo Niskier). | 171 |
| | Biografia do Autor. | 173 |

PREFÁCIO

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

PAULO NATHANAEL É, ENTRE OS intelectuais brasileiros, um dos mais completos, pela abrangência de seu conhecimento enciclopédico, pelas obras que publicou, pelas instituições que dirigiu e que dirige. Pela sua cirúrgica visão dos acontecimentos contemporâneos, procura influenciar, com prudência e sabedoria, o Brasil atual.

É meu confrade em cinco das seis academias a que pertence (Academia Paulista de Letras, Academia Paulista de História, Academia Paulista de Educação, Academia Cristã de Letras e Academia Brasileira de Filosofia). Foi presidente do Conselho do CIEE e do Conselho Federal de Educação, e preside, no momento, a Academia Cristã de Letras.

Educador, filósofo, poeta, ensaísta, jornalista, historiador, além de atuar em muitas outras áreas, tornou-se, perante a sociedade brasileira, um exemplo de pensador permanentemente ouvido.

Seu novo livro de ensaísta e historiador é prova de sua múltipla personalidade. *Histórias que a história não conta* penetra em aspectos da vida de grandes personagens do Brasil e do mundo, desconhecidos pela maioria dos historiadores e biógrafos.

Paulo Nathanael narra, com particular *savoir dire*, episódios da existência de ilustres personalidades, que, certamente, permitirão completar a visão que deles a história registrou.

Pela originalidade, especial talento e investigação histórica, estou convencido de que o livro terá uma bem-sucedida carreira editorial.

Parabéns ao brilhante autor e querido confrade.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Emérito das Universidades Mackenzie, UNIP,
UNIFIEO, UNIFMU, do CIEE/O ESTADO DE SÃO PAULO,
das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército - ECE-
ME e Superior de Guerra - ESG; Professor Honorário das Uni-
versidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e
Vasili Goldis (Romênia); Doutor Honoris Causa da Universi-
dade de Craiova (Romênia) e Catedrático da Universidade do
Minho (Portugal); Presidente do Conselho Superior de Direito
da FECOMERCIO – SP e da Câmara Arbitral da FECOMER-
CIO – SP; Fundador e Presidente Honorário do Centro de
Extensão Universitária do IICS Instituto Internacional
de Ciências Sociais. Membro das Academias Internacional de
Cultura Portuguesa, Brasileira de Letras Jurídicas, Brasileira
de Filosofia e da Paulista de Letras.

INTRODUÇÃO

TRÊS TÊM SIDO OS FOCOS preferenciais das obras que, ao longo da vida, venho escrevendo como testemunho de minhas preocupações, reflexões e preferências intelectuais: a Educação, a Economia e a História.

As duas primeiras já geraram dezenas de livros, alguns solo e outros em colaboração com variados parceiros. Quanto à História, foi ela mais abordada em conferências, artigos e entrevistas para jornais e revistas do que em tomos de maior fôlego. Para pagar minha dívida com Clio, exigente musa da História, fui, aos poucos, pesquisando e escrevendo conforme me permitiram os raros lapsos de tempo que sobravam dos compromissos que tenho com as duas Universidades Corporativas e Empresariais de que sou reitor, com os Conselhos e Fundações vários de que sou membro e das muitas Academias que integro, tanto em São Paulo, como no Rio de Janeiro.

O título *Histórias que a História não conta* traduz com clareza a natureza desta obra: ou seja, o destaque a ser dado a episódios e feitos pouco conhecidos da vida de personalidades brasileiras das letras, da política, da vida militar, do nosso cenário cultural; e mais um anexo dedicado ao maior pensador inglês de todos os tempos, que revolucionou o pensamento moderno, mas que, paradoxalmente, foi dono de um controvertido caráter.

Trata-se de quatorze ensaios, frutos de conferências acadêmicas, de leituras várias e de pesquisas inerentes à vida intelectual, ao longo de um extenso e variado convívio de muitas décadas com as letras, as artes e as ciências. Minha inspiração para organizar toda essa matéria veio de releitura recente da obra clássica, *Vida de homens ilustres da Grécia e de Roma*, de Plutarco – que era grego de nascimento, mas viveu em Roma como preceptor de Adriano, o Imperador.

Seu intuito, ao escrever o texto que o consagrou na História, era de natureza educativa e moralizante, e não coincide com o meu, que visa apenas a informar e promover uma leitura amena, que distraia, prenda o interesse e motive o leitor, levando-o a apreciar informações, sem ter de atentar para os rigores da historiografia.

O que espero é que os leitores se divirtam e, ao mesmo tempo, aprendam algo pouco difundido nas biografias de heróis das letras e do pensamento que aqui comparecem.

PAULO NATHANAEL PEREIRA DE SOUZA

PRIMEIRA PARTE

**PERSONAGENS
BRASILEIROS**

Capítulo 1

Vanuíre: uma heroína do Oeste Paulista

I

“Terras desconhecidas e habitadas por índios.”

ERA ASSIM QUE OS MAPAS de São Paulo denominavam a grande mancha vazia que partia do meridiano 49 e se espalhava na direção oeste até atingir as águas barrentas e lerdas do Paraná, que, com sua corda líquida, mansa e silenciosa, traça as fronteiras entre São Paulo e Mato Grosso. De permeio com o Rio Grande, ao norte, e o Paranapanema, ao sul, três fortes sulcos fluviais cortam a região no rumo leste-oeste: o Tietê, o Aguapeí e o Peixe, tendo por entre si os altos e contínuos espigões que os separam desde os filetes das cabeceiras até a torrente espalhada da sua conexão com o Paraná. Dos três, só o Tietê conhecia uma certa frequência dos civilizados. Fora estradas das bandeiras, fora caminho das monções, assistira

à heroica investida dos que partiam de Araritaguaba no rumo misterioso das minas de Cuiabá. Durante o Império e até 1889, tivera a cavaleiro do seu majestoso salto de Itapura um posto militar de penetração, guarda avançada desse imenso sertão e em cujas ruínas fez erguer a direção da Estrada de Ferro Noroeste, em 1910, uma estação de apoio, ao longo da linha que desde 1905, ao sair de Bauru, demandava as terras mato-grossenses.

No mais, principalmente na *selva selvaggia* que cobria os espigões da futura Noroeste, da futura Paulista e da futura Sorocabana, e escondido debaixo da galhada espessa por onde mal penetravam o sol, as vertentes do Feio e do Peixe, o desconhecido, a terra de ninguém, o mundo primitivo e paradisíaco dos bugres e das feras. *Terra barbarorum*, onde, conforme a descrição magistral de Francisco de Barros Júnior, nas suas anotações de caçador, desenvolvia-se a sinfonia maravilhosa dos seres macro e microscópicos da *jungle* inconquistada:

“Se Deus, na sua distraída visão sobre o Universo, nela demorasse por momentos seus olhos oniscientes, veria de perto a dança dos tangarás e a fúria dos queixadas; o minúsculo beija-flor em seu ninho, pendente de um fio crina, e a hercúlea anta arrebrandando tranqueiras e cipós, no ímpeto da fuga desabalada; o serelepe ágil e gracioso, e o bugio pesado, de máscara feroz e regougante; a libélula mimosa e policrônica e a aranha caranguejeira enorme, peluda e reinante; a microscópica abelha cor de topázio no seu pacífico mister e a vespa negra, com reflexos de aço, atracando-se em combate de morte com as enormes aranhas peçonhentas, a preciosa e minúscula ‘vaquinha’ verde como esmeralda, ou reluzente

como urna pepita de ouro, e o besouro chifrudo ameaçador mas inofensivo; a borboleta cetínia, irisada, frágil, em volteios graciosos, e a jiquitiranaboia, que passa veloz, retilínea e sibilante como um torpedo aéreo; o miúdo e peçonhento mosquito-pólvora, e a mutuca zumbidora, lamurienta, teimosa e sedenta, que ataca em voos circulares na tentativa de enterrar na carne o doloroso ferrão sugador; o minúsculo ratinho cinzento, que rói medroso uma espiga, e a gorda cutia dourada, graciosamente sentada, roendo algo preso nas patinhas ágeis e lançando à volta olhares desconfiados; essa joia verde maravilhosa, que é o tuim, e a enorme arara barulhenta; o xintã pequenino e irrequeto, e o grande macuco desconfiado, lento e ponderado em seus movimentos; a pequenina rã que trepa pelos troncos, e os enormes, pavorosos, asquerosos, parecendo terríveis como os anfíbios do período permiano, os sapos-intanha, urrando como touros solitários; a graciosa cobrinha-cipó, verde como uma folha de bananeira, e as peçonhentas jararacuços, urutus, cascavéis e sucurijus de seis a oito metros, que se afundam na lama do Feio; o gato do mato, ou tracajá, graciosos, ariscos, de músculos elásticos, sempre prestes a saltar, e a pintada, no seu manto mosqueado, orgulhosa de sua força e ferocidade, fazendo tremer toda a população da floresta, com seus urros nas noites de luar; o lençol de fios de guembê, descendo um reposteiro colorido de verde, branco e marrom dos mais altos galhos dos velhos jequitibás, e os colossais cipós, grossos como troncos nodosos, retorcidos ou coleantes como serpentes, subindo da terra escura para os altos madeiros em busca da luz do sol; a frágil avenca enfeitando o barranco úmido

na beira do córrego e os disformes troncos das gigantescas figueiras brancas; os cogumelos esféricos, rubros, lustrosos como rubis, e as maravilhosas orquídeas da complicada família das catleias, lélías e miltônias.”

Em meio a tudo, como senhor absoluto dessas infundáveis e misteriosas paragens, o índio. Forte, desempenado, falando a língua gutural dos bárbaros, vivia em bandos predatórios, que se juntavam em aldeamentos à beira dos rios, numa luta permanente, que se processava ora contra a natureza adversa, ora contra seus semelhantes, nas violentas e devastadoras guerras que continuamente travavam entre si. Dono de uma cultura neolítica, em que não se inserira ainda a consciência do valor do trabalho e da poupança, incapaz de compreender a atividade econômica organizada, o silvícola dividia o tempo que sobrava da guerra entre a caça, a pesca e a coleta dos alimentos vegetais, com o que procurava vencer a fome. As mulheres moqueavam a carne, colhiam o mel e preparavam a bebida embriagante, fabricada com água, mel e as flores de um certo palmito nativo.

Os antropólogos modernos classificaram o índio do Oeste Paulista como pertencente todo ele a uma só nação, a dos caingangues ou coroados, que tinha ramificações para as bandas de Campos Novos, no Paraná. Eles infestavam os vales do Feio, do Peixe e do Paranapanema e dominavam absolutos os cimos dos espigões divisores dessas águas. Eram aguerridos e, nas lutas que travavam entre si, fragmentavam-se em pequenos grupos, cada qual com o seu cacique ou recaquê. Havia trégua, e reuniam-se em grande número nas comemorações de seus mortos e nas festas que se seguiam.

Era então que tinham lugar as gigantescas bebedeiras, que os excitavam e impeliam à dança. Enquanto isso, assinala ainda Francisco de Barros Júnior, uma das poucas e boas fontes documentais sobre os primitivos coroados do interior paulista: “Tramavam as esposas e caíques infindáveis intrigas. Quando se separavam, ganhando cada grupo o seu rumo, enchiam com elas os ouvidos dos maridos e estes, subindo à mais alta árvore que podiam, de lá, aos gritos e gestos ameaçadores, prometiam vinganças quando de novo se encontrassem. Depois desta declaração de guerra, as intrigantes redobravam de agrados e elogios à valentia dos respectivos maridos”.

Como veem, uns amores as senhoras caicangas, que nada ficavam a dever a suas refinadíssimas congêneres civilizadas!

Entre parênteses, devo esclarecer o significado da palavra caiquê, há pouco citada. Tratava-se de um costume típico dos coroados, segundo o qual cada cacique, além de sua esposa, tinha direito, quando ia envelhecendo, de tomar uma jovem como segunda esposa. A caiquê deveria ser respeitada pelos outros homens da tribo como algo intocável, o que nem sempre acontecia, e, como consequência, havia luta sangrenta entre o cacique e seus rivais. Como se vê, já no tempo dos caigangues, entre o homem e a encrenca, podia-se adivinhar sempre a presença de uma mulher.

II

Branco inimigo ou fóg-coreg

DESDE OS FINS DO SÉCULO XIX, tentariam alguns pioneiros desassombrados a penetração nesse mundo perdido, que

parecia impossível de integrar-se ao esforço de desenvolvimento agrícola, que a cafeicultura desencadeara em toda a hinterlândia paulista. Bauru fora uma ponta-de-lança fincada nessa boca de sertão. Menos que cidade, era um arraial de poucas casas, todas de tábuas, com ruas irregulares, por onde transitavam aventureiros vindos de todos os quadrantes. Como diz um historiador regional: “Chegavam escoteiros, sem mulher nem filhos. Quem sabia de suas vidas passadas? Muitos tinham contas a ajustar com a Justiça”. Era um autêntico *far-west*, no qual “avultavam as botas, as bombachas, chapelões de feltro, cinturões em que se alinhavam um cento de balas e canos 38 e 44 sobrando dos paletós de brim encardido”.

A partir dos limites do povoado, onde chegara, em 1^o de julho de 1905, a ponta de trilho da Estrada de Ferro Sorocabana, estendia-se o mundo sertanejo do desafio e do perigo. O bugre silencioso e traiçoeiro esperava o branco que tivesse a ousadia de invadi-lo, para surpreendê-lo com suas flechas mortais e seus tacapes de guarantã. Não gostava do branco, que para ele era o *fóg-coreg*, ou seja, “o estrangeiro inimigo”. Criara ódio ao civilizado desde que alguns precursores da fundação de Bauru, muito bem armados de espingardas e revólveres, fizeram chacinas de grupos indígenas que se opunham à abertura de fazendas. Conta-se que na abertura de Val de Palmas, um fazendeiro acabou com os índios Caiuás, aprisionando-os e massacrando-os. De outros, fala-se que aprisionaram caingangues, fazendo-os trabalhar sob regime escravo na derrubada da mata e no plantio das lavouras.

Não estranha, pois, a hostilidade imensa dos nativos, que, sistematicamente, chacinavam os brancos ao alcance de

suas armas. E os episódios se repetiam, pondo arrepios nos que intentavam aventurar-se além de Bauru, no rumo do Feio ou do Peixe. Significativo foi o incidente ocorrido nas terras que pertenciam por herança ao General Glicério, no município que hoje leva o seu nome, e onde se formara – clareira heroica em meio à selva e sem contato algum com a civilização – a Fazenda da Faca. Abrindo caminho a ferro e fogo até atingir o ponto do destino e cercando a propriedade com uma paliçada para melhor defendê-los dos selvagens, os poucos homens que se lançaram a essa aventura, bem como as mulheres que levaram consigo, pagaram caro a ousadia que os tinha conduzido até aquelas profundezas inóspitas. Enquanto alguns foram a Bauru em busca de sal, munições e outros utensílios, os índios atacaram. Na volta, encontraram todas as habitações incendiadas e destruídas as plantações. Uns dez cadáveres horrivelmente mutilados, na maior parte mulheres e crianças, jaziam esparsos pelo terreno.

Outro episódio brutal passou-se no Aguapeí, quando monsenhor Claro, alma de missionário e coragem de bandeirante, adentrou a região para atender a catequese dos brutos, levando como arma apenas uma sanfona, que ia tocando rio abaixo ou pelas trilhas da mata, na intenção de atrair a boa vontade dos índios, a quem não via, mas cuja presença estava camuflada em cada tufo de verdura, em cada sombra do caminho. Acabou martirizado na região próxima a Cafelândia. Foi num dia em que, de pé na proa da embarcação, o padre, de braços estendidos para diante, num gesto de apaziguamento e fraternidade, procurava tomar contato com um bando de caingangues que se alvorçavam à beira do rio. Da mata partiu

uma chuva de flechas. Monsenhor Claro, ferido no peito e no ventre por três projéteis, tombou de lado, sumindo nas águas barrentas da corredeira.

Enquanto a hostilidade do índio se dirigia contra o esforço isolado dos pioneiros, que tentavam firmar pé na imensa *selva selvaggia*, a ocidente do meridiano 49, o problema não tinha ainda despertado o interesse do governo. Isso aconteceria a partir do momento em que se decidiu dar início à construção da Estrada de Ferro Noroeste, a via interestadual, que acabou por tornar-se transcontinental na ligação do Porto de Santos a Santa Cruz de La Sierra, em pleno território boliviano.

A visão dos estadistas do Império, já em 1852, antevia dentro desses vastos movimentos de integração nacional a cujo conjunto se dá o nome de marcha para o Oeste, uma obra de penetração que unisse o litoral às lonjuras de Mato Grosso. O assunto reativou-se em 1876, por iniciativa do visconde do Rio Branco, e vários estudos se fizeram, num total de 30 (segundo informa Euclides da Cunha), até que o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro deliberou indicar ao governo, em 1904, a obra como inadiável para a segurança nacional, traçando-se, então, a rota da futura ferrovia, cujos trilhos sairiam de Bauru ou de São Paulo dos Agudos, transporiam o Rio Paraná, na altura de Urubupungá, e atingiram o Rio Paraguai, de onde se bifurcariam para o Sudeste Boliviano e o Norte Paraguaio. Informa Fernando de Azevedo que, nesse mesmo ano foi formada a Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, com capitais mistos, brasileiro e franco-belga.

Os estudos topográficos iniciais, bem como o projeto do primeiro itinerário, deveram-se a Emílio Schnoor, tendo

sido assentado o primeiro dormente, em Bauru, em 13 de novembro de 1905. No rumo do traçado, já “tinham fincado pé sertanejos, abridores de fazenda, aventureiros e caçadores de índios, mas, se aqui e ali, a muitas léguas de distância, salpicavam a imensa região aldeamentos de índios e raros lugares, tudo o mais, nas planuras desertas ou na vastidão de matas cerradas, não passava de sertão bruto”.

O verdadeiro povoamento da região, entretanto, iria depender por inteiro da presença da ferrovia. E nisso apresenta ela uma originalidade em relação aos demais caminhos de ferro do Estado de São Paulo: eis que, enquanto todos os demais vieram no encalço dos povoadores, que no afã da cafeicultura desbravavam os espigões e semeavam cidades, onde antes havia fazendas e povoados, a Noroeste seria a antecipadora da presença dos colonizadores, a ponto de a fundação das cidades aparecerem, nessa região, como um corolário de seu assentamento.

A obra arrastava-se lentamente. E é Fernando de Azevedo quem nos conta “o que foi esse avanço dos trilhos, através dos tropeços de toda ordem, numa luta dramática contra a mata fechada, o índio desconfiado e traiçoeiro, e o impaludismo devastador”, no seu interessantíssimo livro *Um trem corre para o Oeste*. Pior do que a malária, a leishmaniose, a úlcera de Bauru e o pavor solitário da floresta invencível era a brutalidade dos caingangues. Cercando o acampamento, nas horas de descanso noturno, ou seguindo cada movimento dos trabalhadores no esforço martirizante da abertura das picadas, reuniam-se, aos milhares, para de repente caírem sobre a presa e causarem uma devastação de tons apocalípticos. Quantas vítimas heroicas,

nesse capítulo epopeico do desbravamento do Oeste Paulista: os engenheiros Heitor Legru, Silvio San Martim e Olsen são nomes que se inscrevem no glorioso panteão do moderno bandeirismo de São Paulo. Com eles foram centenas os que tombaram a golpe de flechas e de tacapes, ao longo de cada novo trecho da obra que avançava. Não raro, as locomotivas chegavam às estações crivadas de flechas com ponta de faca, que penetravam fundo na chapa metálica de proteção da caldeira. Ficaram famosos os massacres de Água Branca, Penápolis (que antes se chamou Legru, em homenagem ao engenheiro-mártir), Birigui, Baguaçu, Fazenda dos Patos, em Araçatuba, e outros que seria fastidioso enumerar.

Apesar de tudo, os trabalhos prosseguiram no rumo do Rio Paraná. Em torno das chaves e das estações, erguiam-se vilas, caminhos ligavam-se às fazendas, que se multiplicavam espantosamente. “Por onde outrora transitavam apenas tropas e boiadas, raros cargueiros aparelhados para viagens mais ou menos longas e carros de bois, nos latifúndios agrícolas, de que se mantinham inexploradas vastidões de terras, corria a estrada de ferro, cuja função econômica e colonizadora não tardou a transbordar os quadros das regiões atravessadas. Longe de sufocar os velhos processos de transportes que se faziam por terra, em lombo de burro ou em veículos arcaicos de tração animal, e por água, nas vias fluviais, em canoas e barcas, a via férrea estimulou a navegação e a abertura de caminhos transversais” (Fernando de Azevedo, *opus citatus*).

Um desses caminhos transversais, o que correu de Presidente Pena, atual Cafelândia, até Campos Novos do Paranapanema, atravessando o Aguapeí e o Peixe, foi aberto por

ordem do ilustre campineiro Antônio Carlos Ferraz de Sales, num picadão de cem metros de largura por duzentos quilômetros de comprimento. Trata-se do primeiro sinal efetivo da presença do homem branco por sobre este espigão em que se assentam, hoje, as cidades de Marília e Tupã. A partir de então, acelera-se a colonização da *terra barbarorum* com a abertura de loteamentos, a ocupação das glebas e a formação das fazendas de café e criação de gado. Crescem os nomes dos fundadores: Toledo Piza, Arthur Neiva, Rodolfo Miranda, Sampaio Vidal, Cincinato Braga, Francisco Schmidt e outros de menor envergadura.

A mola-mestra de toda essa maravilhosa saga de coragem e patriotismo foi, sem dúvida alguma, a risca metálica e paralela dos trilhos da Noroeste em busca de Mato Grosso, dos trilhos por sobre os quais avançava a locomotiva aos silvos e bufos, irritando os índios que a ouriçavam de flechas, chamando-a *Dgi-ri-ri-tampim*, que significava, na sua língua tosca, “fogo e apito em disparada”.

Houve um momento em toda essa história em que o branco deixaria de ser o *fóg-coreg* para transformar-se no *fóg-tchenuin*, do caingangue, que quer dizer “*estrangeiro bom*”. É exatamente neste ponto que faz sua aparição em nossa história a meiga e formidável figura de Vanuíre, cognominada “a pacificadora”.

III

Branco amigo ou fóg-tchenuin

AS OBRAS DA FERROVIA ESTIVERAM mais uma vez para ser interrompidas. Parecia impossível vencer a violência e a perfídia

dos caingangues. Na fazenda Baguaçu, em 1910, Cristiano Olsen caiu mortalmente ferido com uma flecha no peito, perdendo a vida também alguns de seus camaradas, assassinados depois de um rude combate com os índios que queimaram, no barracão, o corpo do engenheiro e, numa fogueira erguida com a lenha da própria estrada, o de um dos trabalhadores. Próximo a Penápolis (estação de Heitor Legru), um destacamento de trinta soldados do Exército, sob o comando dos tenentes Bandeira de Melo e José Cândido Teixeira, procura dar cobertura aos trabalhos. Mesmo assim, houve vítimas das flechas dos impiedosos selvagens. O ministro da Guerra determina o recolhimento dos soldados. Consultado sobre a gravidade do problema, o sábio Von Ihering, então diretor do Museu do Ipiranga, opina por uma operação militar de grande envergadura, com o objetivo de exterminar o bugre, à semelhança das *razzias* feitas nos Estados Unidos, aos peles vermelhas da sua fronteira do Oeste.

Foi então que o ministro da Viação, numa derradeira tentativa de solucionar o impasse, chamou Rondon e Horta Barbosa à cena, encarregando-os de elaborar um plano de ação que impedisse a paralisação dos serviços da ferrovia. Adeptos do positivismo de Augusto Comte e entusiastas da obra de pacificação dos índios enviaram para a zona conflitada dois de seus melhores homens: Rabelo e Sobrinho. Coube o comando a Rabelo, experimentado na tarefa de aproximação com o silvícola, convicto como poucos do grande lema do Serviço de Proteção aos Índios: “Morrer, se necessário, matar nunca”.

Acampou em pleno território indígena e fez vir dos campos paranaenses magotes de caingangues já domesticados.

Apanhou outros que tinham sido aprisionados nos arredores de Bauru. Dentre eles, chamou-lhe a atenção uma índia de nome Vanuíre, que a esse tempo já era mulher madura e mal falava o português. Tinha entre os seus a curiosa função de rapsoda, cabendo-lhe relatar, periodicamente, em contos e cantos, as estórias, lendas e tradições da tribo. Dotada de grande sensibilidade e sinceramente desgostosa com as guerras inúteis que seus irmãos travavam com os brancos, dispôs-se a colaborar com o esforço de pacificação.

Eis como José Cândido Teixeira, num depoimento registrado por Francisco de Barros, relata a ação de Vanuíre no posto de Ribeirão dos Patos: “No centro do acampamento havia um jovem jequitibá, elegante e esguio, com uns dez ou quinze metros de altura, adaptaram-lhe uns degraus e, no alto, logo abaixo da copa, uma espécie de cesto de gávea. De dentro do púlpito original, Vanuíre gritava, em vários períodos do dia e ao cair da noite, o brado de paz, chamando esses irmãos para, de um salto, vencerem milênios de civilização. Numerosos presentes eram depositados na borda da floresta, para atestar aos nativos a boa vontade dos brancos”.

Meses se passaram até que os presentes começaram a ser recolhidos, ficando em troca cuias de mel, pedaços de carne moqueada e flechas enfeitadas. Redobraram os chamados e protestos de amizade, sendo que quem mais se emocionava era Vanuíre.

Continuando seu relato, José Cândido lembra que: “Em uma ensolarada manhã, no picadão que conduzia ao Feio, surgiram oito índios. Vinham desarmados e pararam antes de atravessar o ribeirão, fazendo gestos de chamada. A índia

Vanuíre adiantou-se emocionada e, aproximando-se, reconheceu parentes de que fora separada dez anos antes”.

Eram caingangues cujas aldeias ficavam além do Feio, exatamente na região em que hoje se assenta a cidade de Tupã. Seu recaquê atendia pelo nome de Iacri e era o mais poderoso chefe de quantos dividiam seu prestígio entre as tribos espalhadas pelo espigão. Os índios ficaram no acampamento vários dias e depois convidaram os brancos a acompanhá-los até sua aldeia. Vanuíre fazia entre eles o papel de agente de ligação. Volta a falar José Cândido: “Mais um quilômetro de angustiosa expectativa, e íamos chegando ao fim da picada que desembocava na clareira onde estavam as malocas. Logo, porém, nos tranquilizamos, vendo dezenas de mulheres à frente dos homens, mais de duzentos, todos desarmados, estendendo, nos potes de barro, cuias de mel e uns bolos de milho verde assados sobre brasas, tudo no meio de um charivari de risos e gritos acolhedores”.

Tinha soado o momento histórico da conciliação entre os primitivos donos das terras desconhecidas e habitadas por índios e os audazes pioneiros da colonização branca. A partir de então, seria possível povoar a selva sem perder a vida com uma flecha no peito ou com a cabeça esmigalhada por um golpe de borduna. E o avanço da importante ferrovia transcontinental podia fazer-se sem maiores percalços, ultrapassando Araçatuba em 1914, adentrando Mato Grosso, para estacar finalmente em Porto Esperança, após esticar-se por 1.273 quilômetros de chão conquistado, palmo a palmo, à selva e ao silvícola.

O feito de Vanuíre em Ribeirão dos Patos deveria reproduzir-se em outros pontos e, num dos boletins do S.I.P.

(volume III, n. 3, ano VI), o coronel Vasconcelos, daquele serviço, afiança que: “A conduta da índia nesse sentido foi admirável. Vanuíre, em meio à floresta, exortava os índios a se aproximarem dos nossos auxiliares, falando-lhes em voz alta, como que discursando. E o fazia cheia de entusiasmo, empolgada mesmo. E assim, durante muitos anos, prestou excelentes serviços de aproximação entre índios e civilizados”.

Pelo seu trabalho paciente e repetido, foi possível aos agentes do Serviço de Proteção aos Índios acertar, entre 1912 e 1914, com os recaquês de mais destaque – Vauhun, Cangrui, Goitchoro, Rugre, Charim, Iacri – os acordos de paz que viariam pôr termo aos incontáveis massacres que por tanto tempo assinalaram as etapas da ocupação da Alta Nordeste e Alta Paulista. O branco agora podia confraternizar com o caingangue, que, sob a proteção do S.I.P., procuraria compreender a civilização, nela integrar-se e dela tirar algum desfrute. Não mais *fog-corég*, seriam todos *fóg-tchenuin*.

Conferência pronunciada em 1965, na cidade de Tupã,
Auditório do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

Capítulo 2

Padre José de Anchieta: santo e cientista do Brasil Colônia

AGORA QUE JOSÉ DE ANCHIETA se fez santo, mediante ato do papa Francisco, fui reler algumas de suas cartas datadas de 1554 e 1555 e dirigidas a seus superiores, Ignácio de Loyola e Diogo Laines, sediados na Europa. E pude nelas surpreender informações preciosas sobre o Brasil e seus primitivos habitantes que, somadas a seus comentários e suas reflexões sobre a natureza destes tópicos, indica a presença, nessa figura ímpar de missionário e sacerdote, do naturalista e do antropólogo, que também conhecia climatologia, flora e fauna da terra de Santa Cruz, costumes dos índios e técnica de sobrevivência nas selvas. E tudo isso sem a vanglória dos que se dizem eruditos, antes, assinando-se sempre como: “o mais pequeno, o mínimo, o último ou, ainda, o filho indigno da ordem inaciana”.

Uma dessas missivas, por sinal, endereçadas diretamente a Loyola, começava por informá-lo sobre o papel dos curumins órfãos (crianças no esforço da catequese) e o comportamento das mulheres indígenas no seu trato com os colonizadores. Os primeiros eram “línguas e intérpretes para nos ajudar na conversão dos gentios”. Elas, as mulheres, representavam sempre um perigo incontido para todos os brancos, padres ou não, eis que “não se sabem negar a ninguém, antes elas mesmas acontecem e importunam aos homens, lançando-se com eles nas redes, porque têm por honra dormir com os cristãos”. Pelo visto, deve ter sido um tormento para os missionários terem que resistir a tanto assédio, que, dia e noite, punha em risco sua abstinência canônica de sexo!

De São Vicente, escreveu em 1555, aos irmãos enfermos da Companhia, que se recolhiam aos cuidados do hospital de Coimbra, para exortá-los a viajar para o Brasil, a fim de se curarem de seus males, pelos métodos e fármacos dos índios. “A terra é muito boa e não tinha xarope, nem purgas, nem os mimos da enfermaria. Muitas vezes, e quase o mais continuado, era o nosso comer folhas de mostarda cozidas e outros legumes da terra, e outros manjares que não podeis imaginar”. A falta de padres era tão grande e o seu recrutamento para o Brasil, tão difícil, que mais valia tentar buscá-los no hospital, com tentadores acenos para a farmacopeia naturalista da colônia. É bom lembrar que Anchieta arrastou consigo sempre um precário estado de saúde, tendo conseguido fortalecer-se só depois que veio para o Brasil e, aqui, se utilizou das curativas ervas indígenas. Ainda que o tratamento hospitalar

européu fosse bem conceituado, a verdade é que, para a saúde dos jesuítas instalados em São Vicente e Piratininga, o curandeirismo dos pajés em certos casos se mostrava tão ou mais eficiente que o dos doutores de lá.

A mais longa e minuciosa das cartas, que continha indiscutíveis erudições sobre a ciência natural, foi endereçada por Anchieta, em maio de 1560, a seu superior imediato em Roma, padre Diogo Laines. Nela procura explicar, com clareza, aspectos da cosmologia brasílica, curiosidades da climatologia da Colônia, sua fauna, sua flora e os costumes selvagens da população nativa, nestes tempos do início do processo civilizatório e catequético. Primeiro, um testemunho sobre as tarefas diárias dos padres nestes trópicos: “Fazemos vestidos, sapatos, principalmente alpargatas, de um fio como de cânhamo, que extraímos de uns cardos lançados n’água e curtidos; as quais alpargatas são necessárias pela aspereza das selvas. Barbear, curar feridas, sangrar, fazer casas e cousas de barro e de madeira que a ociosidade não tem lugar algum em casa”. Isso tudo, sem contar a fadiga “das cousas da doutrina que se trabalham com muito esforço e cuidado”.

No que dizia respeito à flora e à fauna, assinalava Anchieta o papel dos peixes e das raízes na alimentação dos bugres. Também tratou da preferência dos nativos pela carne de macaco, “alimento muito são, até para os doentes. Com frequência o experimentamos”. E alinhou como carnes mais consumidas, além dessa: a de anta, de tamanduá, de veado e de capivara. Como curiosidade, comenta o uso que o índio fazia de uma centopeia vermelha, extremamente venenosa

que, colocada sobre o pênis, o excitava a ponto de permitir várias cópulas (ardente luxúria). Só que com alto risco de irreversíveis aleijões, eis que o uso mal dosado daquele bichinho “mancha e infecciona as mulheres com quem têm relações”. Quanto ao pênis, “três dias depois apodrece”.

Outro trecho de grande interesse é o que se refere ao peixe-boi, pelo jeito, abundante àquela época, também nos rios do Sul do Brasil, tanto quanto nos do Norte. “Muito grande no tamanho, alimenta-se de ervas. No corpo é maior que o boi, cobre-se de pele dura, parecida na cor à do elefante. A boca é em tudo igual à do boi, é muito bom para se comer e mal se pode distinguir se é carne ou, se antes, se deve considerar peixe”.

Dedica o missivista uma grande atenção nessa carta à descrição das cobras venenosas, abundantíssimas nas matas úmidas e aquecidas das terras litorâneas: cascavéis, jararacas, corais, pintadas, chatas, bem como aquelas que, embora não matassem com suas picadas, poderiam deglutir um bicho maior que elas (jiboias e anacondas): “Engolem um veado inteiro e ainda maiores animais, e não os podendo digerir, ficam por terra como mortas, sem se poderem mover”.

Por esses destaques aqui transcritos, e constantes das doze cartas de José de Anchieta, selecionadas por Júlio Moreno e pelos padres Cesar Augusto dos Santos e Hélio Viotti, e publicadas pela Associação Comercial de São Paulo, como parte das comemorações em 1984 da fundação da Vila de Piratininga, é possível ter-se a dimensão da obra apostólica, missionária e também erudita e científica deixada pelo Padre José de Anchieta como herança aos futuros historiadores do Brasil.

Para epílogo desta abordagem, nada mais apropriado do que o texto que se segue, retirado de uma das cartas enviadas a Santo Ignácio de Loyola, onde se faz referência à fundação de São Paulo:

“Para sustento destes meninos, a farinha de pau era trazida do interior, da distância de 30 milhas. Como era muito trabalhoso e difícil, por conta da grande aspereza do caminho, ao nosso padre (Nóbrega) pareceu melhor ao Senhor mudarmo-nos para esta povoação de índios, que se chama Piratininga.¹ Isso por muitas razões: primeiro, por causa dos mantimentos; depois, porque se fazia nos portugueses menos fruto do que se devia... Por isso, alguns dos irmãos mandados para essa aldeia no ano do Senhor de 1554, chegamos a ela a 25 de janeiro e celebramos a primeira missa numa casa pobrezinha e muito pequena, no dia da conversão de São Paulo, e por isso dedicamos ao mesmo nome esta casa: de tudo isso escrevi por miúdo na carta precedente, que abrangeu até o mês de junho. Residimos aqui ao presente 8 (oito) da Companhia, aplicando-nos a doutrinar estas almas e pedindo a misericórdia de Deus Nosso Senhor, que finalmente nos conceda acesso a outras mais gerações, para serem subjugadas pela sua palavra. Julgamos que todas elas se hão de converter muito facilmente à fé, se lha pregarem”.

Artigo publicado na revista *Problemas Brasileiros da Fecomércio de São Paulo* – Livro 425/2014

1 Os primeiros jesuítas que subiram a serra estacionaram na aldeia de João Ramalho, hoje São Bernardo, de onde se deslocaram para Piratininga. (N.A.)

Capítulo 3

Duque de Caxias: um soldado que também foi poeta

HÁ POUCO MAIS DE UM século, no dia 7 de maio de 1880, à hora do *Angelus*, num modesto quarto da Fazenda Santa Mônica, que se estendia às margens do caudaloso Rio Paraíba, junto à cidade de Vassouras, um ancião de 77 anos exalava seu último suspiro. Era assistido por sua filha e seu genro (barões de Santa Mônica), pelo amigo Carlos Artur da Silva, pelos oficiais de sua confiança, seu neto, major Francisco Nicolau de Lima Nogueira da Gama e o coronel José Julião Carneiro da Silva, mais o criado, que lhe fora uma sombra fiel e serviçal por muitos e muitos anos, o velho Manuel. Era Caxias, o único duque brasileiro que, coberto de glórias, mas desenganado dos homens, despedia-se da vida, deixando como saldo de sua obra uma pátria unida e pacificada internamente, ao mesmo tempo que a defendia no plano externo, pondo-a a salvo da sanha expansionista de maus vizinhos. Fora o pacificador dos brasileiros,

o condestável do império e o vencedor de todas as batalhas – razões pelas quais viria mais tarde a ser, pelo consenso de todos e nos termos do Decreto n. 51.429, de 13 de março de 1962, proclamado o patrono do Exército nacional.

Como era de costume, nos tempos em que se passaram estes feitos, ao completar 5 anos de idade, o menino Luiz Alves de Lima e Silva, nascido na Fazenda de São Paulo, município de Estrela, da província do Rio de Janeiro, a 25 de agosto de 1803, assentava praça, como 1º cadete do 1º Regimento de Infantaria de Linha. Rebento de uma família de ilustres militares, dentre os quais se destacaram os marechais Wenceslau de Oliveira Belo e Joaquim Mariano de Oliveira Belo (parentes de sua mãe), e os marechais José Joaquim de Lima e Silva e Francisco de Lima e Silva (aquele seu avô paterno e este seu pai), viria ao mundo sob o signo da farda e, portanto, com o seu destino já previamente traçado pelas forças misteriosas que mexem os cordéis da vida humana.

Pouco se sabe de sua vida nesses anos iniciais, quer antes, quer depois de sua incorporação, na idade de jardim da infância à tropa. Seu pai detinha então o posto de tenente, e o Brasil vinha de abrigar em seu solo a família real, com o príncipe d. João e sua mãe a “Rainha Louca”, os quais juntamente com numerosos nobres e incontáveis áulicos, procuravam na distância da colônia o refúgio seguro contra a incursão napoleônica que, meses antes, assolara Portugal e submetera Lisboa. Era um momento de grandes transformações para um Brasil, que, nessa altura, ainda se apresentava ao mundo como um país informe política, social, cultural e economicamente. Transformações que atingiriam, de preferência, a cidade do